



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IPDSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

## VII REUNIÃO ORDINÁRIA 2018

---

**Data:** 11/07/2018

**Horário:** das 08h30min às 09h:45min

**Local:** Secretaria Municipal de Educação, Av. Rosália Isaura de Araujo s/n

**Presidente:** Sebastião Donizete de Souza

**Secretário:** Rodrigo Machado Ribeiro

**PARTICIPANTES:**

CONSELHEIRO	REPRESENTAÇÃO
1. Antônio Geraldo Alves Ribeiro	Mosaic Fertilizantes
2. Calimério Antônio Guimarães	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA
3. Esmeralda Aparecida Andrade Pereira	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
4. Giovanni Marcos Leonel	SEMAD
5. Johnny Nolli Júnior	Associação dos Ruralistas do Alto Paranaíba – ARAP
6. Marcia Aparecida Silva Abdanur	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
7. Marco Antônio Rios	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
8. Paulo Otávio da Silva	Sindicato Dos Trabalhadores Das Indústrias De Metais Básicos E De Minerais Não Metálicos - SIMA
9. Raimundo Porfírio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
10. Sebastião Donizete de Souza	Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana
11. Silvia de Lima Passos	EMATER
12. Valéria Siero Conde Corrêa	Reserva Ecocerrado - ONG

Secretaria Executiva / Convidados	REPRESENTAÇÃO
1. Ricardo Manoel de Oliveira	IPDSA
2. Rodrigo Machado Ribeiro	IPDSA
3. Edécio Araújo Martins Keles	IPDSA
4. Viviane Lima de Carvalho	IPDSA
5.	
6.	



**PAUTA:**

**01. Informes**

**02. Apresentação das considerações do Conselho sobre o regimento interno**

**03. Apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança – Viaduto Rua Uberaba**

**04. Encerramento**

**MEMÓRIA DA REUNIÃO**

1 As 08h30min do dia 11/07/2018 o presidente Sebastião Donizete iniciou a reunião passando a palavra para o  
2 Superintendente do IPDSA para fazer alguns informes. Ricardo informou ao conselho quando o Mangabeiras pediu  
3 revalidação de licença surgiu uma dúvida em relação a prazo de solicitação para renovação de licença, isso não está claro em  
4 nenhum regimento e deliberação. E depois surgiu uma questão sobre o prazo de validade das licenças, pois no IPDSA  
5 observamos que existem licenças com validade de dois anos, quatro anos, e licença sem prazo de validade. Então nós estamos  
6 preparando no IPDSA uma deliberação tratando sobre esses dois assuntos, prazo para solicitação de renovação e prazo de  
7 validade das licenças ambientais. Esse estudo deve ser concluído ainda nessa semana e iremos enviar via e-mail para o  
8 Conselho avaliar. Na próxima reunião se estiver tudo bem definido a gente coloca para deliberação do CODEMA pra evitar  
9 situações como, por exemplo, existem empreendedores com empreendimentos em andamento, porém com a licença vencida,  
10 explicou Ricardo. Assim o presidente passou para o próximo item que foi referente à proposta de alteração do regimento  
11 interno. Como foi combinado o conselho traria hoje as considerações sobre a minuta do regimento interno que havia sido  
12 enviada aos conselheiros. Ricardo abriu a palavra para as considerações dos conselheiros. Calimério perguntou se era pra  
13 trazer as considerações hoje, pois isto não estava claro. Ricardo falou que sim, mas que se for necessário mais tempo para os  
14 conselheiros avaliar a proposta não tem problema. Podem ler a minuta e enviar por e-mail as considerações. Calimério  
15 respondeu que na opinião dele a proposta está em conforme. A conselheira Márcia explicou que estava de férias, portanto não  
16 teve tempo suficiente de ler todo o regimento interno, mas se comprometeu a terminar a leitura e enviar as considerações por  
17 e-mail. Ricardo sugeriu marcar uma data de 15 dias para serem enviadas as considerações para o IPDSA, aí a minuta será  
18 reformulada de acordo com as sugestões dos conselheiros e reenviada de volta para ser deliberada na próxima reunião.  
19 Sebastião propôs que as considerações sejam enviadas até o dia 30, para ter tempo para reformulação do regimento e na  
20 próxima reunião realizaremos a deliberação. Eu, Rodrigo, comprometi a enviar além da nova proposta de regimento, o  
21 regimento vigente para os conselheiros entender as alterações que foram realizadas.

22 Sebastião Donizete passou para o próximo item da pauta, a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV  
23 do viaduto da Rua Uberaba. O pessoal da Solar Engenharia, que são os responsáveis pelo projeto irá apresentar o projeto e o  
24 EIV, explicou Sebastião Donizete. Ricardo explicou que o IPDSA recebeu o EIV do projeto para seguir o mesmo  
25 procedimento conforme os demais empreendimentos em que o EIV se faz necessário. O IPDSA recebe o EIV, analisa-o, faz o  
26 parecer com a sugestão de condicionantes para o conselho deliberar. Nós recebemos o EIV no mês de maio e foi realizado essa  
27 análise e reenviado para a Solar com as nossas considerações. A Solar procedeu às alterações no EIV adequando-se as



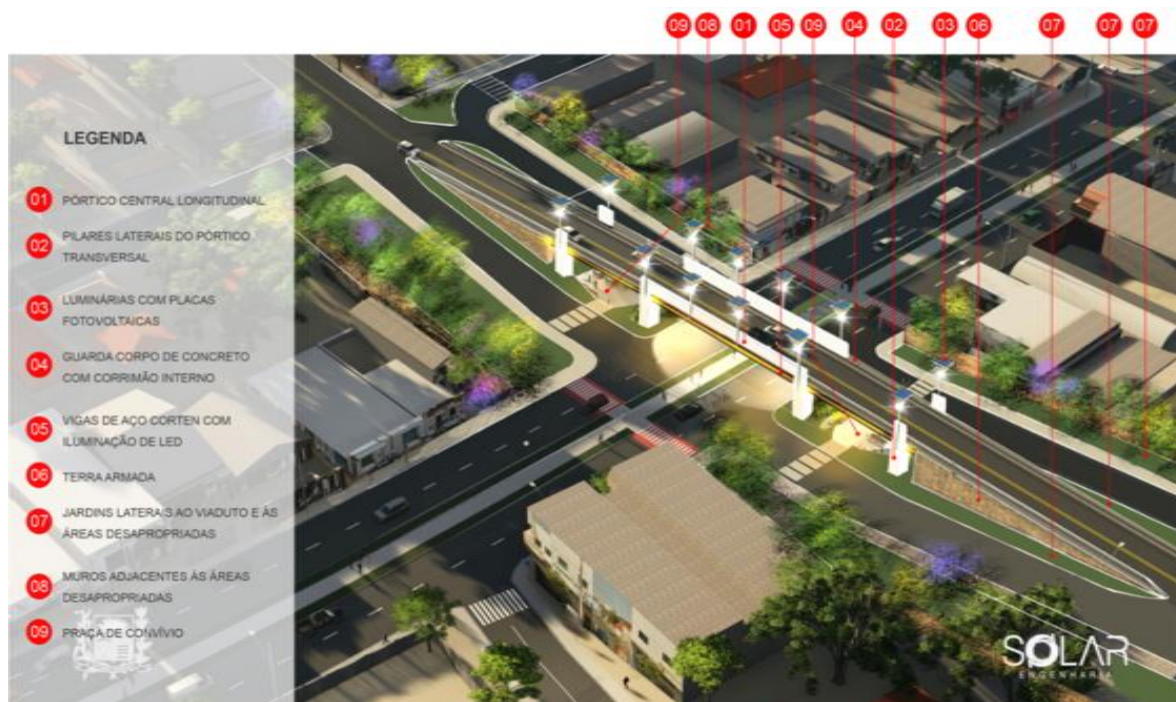
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IPDSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

28 solicitações do IPDSA. Só que após essa análise, o projeto do viaduto foi alterado. Então houve mudanças na posição do  
29 viaduto que inicialmente estaria deslocado mais lateralmente para um lado da Rua Uberaba necessitando desapropriar áreas  
30 apenas de um lado da rua. Agora o viaduto ficou numa posição mais centralizada e foram desapropriadas áreas de ambos os  
31 lados. Isso foi definido há aproximadamente 15 dias. Então a Solar não teve tempo de fazer essas novas alterações no EIV  
32 contemplando essas alterações do projeto. Mas as alterações em relação ao EIV são mínimas em relação aos impactos e  
33 medidas mitigadoras. Devido a estas questões não foi enviado anteriormente a cópia do EIV ao CODEMA. Será enviado para  
34 o conselho o EIV atualizado. Com relação à apresentação e deliberação de hoje essas alterações não trarão impactos  
35 significativos, explicou Ricardo.

36 O engenheiro Eduardo da Solar Engenharia iniciou a apresentação do projeto explicando que essa alteração é muito  
37 benéfica para o projeto e até para discussão socioambiental deste, pois antes havia uma restrição, principalmente, financeira  
38 devido à desapropriação das áreas adjacentes, então foi feito um desvio e o viaduto ficou um pouco lateral ao eixo da rua. Com  
39 a desapropriação de ambos os lados o viaduto agora ficou centralizado ao eixo da rua e todo projeto foi melhorado, inclusive  
40 com diminuição dos impactos. Sebastião Donizete explicou que as desapropriações do lado direito da rua no sentido Bairro  
41 Alvorada já foram feitas, pagas e as casas demolidas, do lado esquerdo que é a nova proposta todas as negociações foram  
42 concluídas de forma amigável e agora começa o processo de transferência de escritura. Eduardo explicou que o projeto é um  
43 viaduto interligando o Centro ao Bairro Alvorada na Rua Uberaba. Foram exibidas fotos das vias de influencia Av. João Paulo  
44 II, Rua Uberaba, Rua Ipiaó e Rua Ananias Teixeira Júnior. Foi exibido o desenho final do projeto (Imagem 01).



**Imagem 1. Projeto viaduto da Rua Uberaba.**

45 O trabalho estético é simples não possui nada suntuoso até para ter custo reduzido. O grande ganho nesse novo  
46 projeto são as quatro áreas ao lado do viaduto. Essas áreas serão locais de convívio e na Av. João Paulo II aonde já existe uma  
47 pista de caminhada terão áreas de apoio com academia que serão bem trabalhadas no projeto, além da parte técnica viária e  
48 estrutural do projeto. O projeto conta com duas elevações em terra armada que são mais simples e econômicas sendo mais  
49 viáveis no projeto. Terra armada são duas estruturas para elevar o viaduto no começo e no meio são quatro jogos de pilares pra  
50  
51  
52



colocar os tabuleiros em cima. Então nós vamos passar na Av. João Paulo Segundo sem pilares num vão único. Isso fica muito mais agradável em relação ao impacto visual. A gente teve o cuidado de ser o mais esbelto e simples possível para ter o mínimo de interferência na urbanização da cidade. O viaduto terá duas faixas de veículos e não terá passagem para pedestres por cima para evitar de ter um risco de acidente e valorizar as áreas externas. Se o conselho tiver alguma dúvida sobre o projeto estou à disposição, a Solar tem um funcionário em Araxá que também pode atender, finalizou Eduardo. A engenheira Camila continuou a apresentação focando nos impactos que foram identificados com o estudo do viaduto começando pelos níveis de serviço de tráfego. Foram realizados as simulações do cenário atual e futuro com e sem o viaduto. O atual na parte da manhã com os dados numéricos coletados no tráfego mostram que existe uma formação de filas devido à rotatória permitir muita acessibilidade de várias vias e isso acaba diminuindo a capacidade da interseção. Com esse tráfego atual o nível de desempenho da interseção hoje é o nível A, mesmo assim percebeu-se a formação de filas. Na parte da tarde a formação de filas é maior que na parte da manhã, o que é comum em todas as cidades, e formam-se filas principalmente no sentido Centro para o Bairro Alvorada. Todo estudo foi baseado no manual de tráfego do DNIT, os picos foram de três horas na parte da manhã e três horas na parte da tarde nos horários de maior conflito para fazer essa simulação. Foi exibida uma animação contendo o cenário futuro no prazo de 10 anos também seguindo as normas do DNIT contemplando um aumento de veículos de 3% ao ano. A situação será para daqui a 10 anos sem viaduto na rotatória a formação de filas será maior principalmente ao longo da Rua Uberaba. Nesse cenário o resultado do nível de serviço também é A, embora com formação de filas maiores. O método de análise desses níveis é de aproximação por atraso, então ela pega aproximação como um todo e considera quanto tempo o veículo leva para conseguir atravessar para o outro lado da rua. Foi exibida também a previsão futura de 10 anos com o viaduto evidenciando que todos os níveis de serviços melhoram como atraso de aproximação, velocidade média a diminuição de conflitos e filas. Como este cenário já é no futuro o viaduto consegue resolver estes conflitos em longo prazo. Sobre os impactos na paisagem tanto na Av. João Paulo II como na Rua Uberaba haverá obstrução da paisagem. Na Av. João Paulo II o horizonte fica fragmentado horizontalmente e na Rua Uberaba em certos pontos tem uma perda da vista do horizonte. Em relação à desvalorização imobiliária no com a alteração do projeto que trouxe o viaduto para o eixo da rua e com as desapropriações de ambos os lados os impactos relacionados ao sombreamento, ruídos e emissão de particulados foram atenuados. Dessa forma espera-se que com este novo projeto contemplando essas áreas de convivência e para a prática de atividade física aja uma valorização imobiliária no entorno. Com relação à iluminação pública o projeto conta com luminárias equipadas com placas fotovoltaicas e isso pode contribuir para a segurança do local. Em relação à drenagem ainda não foi feito no novo projeto, mas vai mudar pouca coisa e irão ser construídas bocas de lobo direcionadas ao canal. O projeto também prevê áreas permeáveis, portanto espera-se que não haverá impacto negativo. Em relação à poeira, ruídos e resíduos, durante a fase de obras identifica que terão impactos significativos. Para diminuir a poeira indica-se que tenha aspersão na região, quanto aos ruídos é importante o uso de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores e em relação à vizinhança que seja a obra seja realizada em horário comercial. E em relação aos resíduos está previsto que eles sejam destinados de acordo com legislação vigente. Em fase de operação a dissipação de poeiras e resíduos tende a aumentar em função do aumento da velocidade dos veículos e para isso foi colocado como medidas mitigadoras a arborização tanto na Av. João Paulo II como nas áreas de convivência ao redor do viaduto, explicou Camila. Foi apresentada uma tabela com os impactos positivos e negativos (Tabela 01).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IPDSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

Positivos
Criação de espaços de lazer abaixo do viaduto: academia e área de jogos.
Implantação de árvores e criação de jardins.
Alargamento das calçadas onde haverá desapropriação de imóveis.
Diminuição dos conflitos na interseção (ponto 1) e criação de travessias para pedestres.
Facilidade de acesso a novos equipamentos urbanos, como supermercado, shoppings, universidades, caso os mesmos sejam construídos na região, que mostrou-se promissora e permissiva aos diversos e novos usos.
Os indicadores de tráfego de maneira geral serão beneficiados com a implantação do viaduto.
Implantação de iluminação pública no viaduto, contribuindo para maior segurança no período noturno.

Negativos
Desconforto à população (em fase de obra): entulhos, ruído, interdição do tráfego em determinados horários e locais para sua execução, risco de perfuração de redes hidráulicas, etc.
Necessidade de desapropriação de imóveis no local.
Alteração definitiva da paisagem urbana, gerando elemento de obstrução das visadas atuais ao horizonte.
Possível amplificação do ruído gerado pelos veículos no local, decorrentes do aumento da velocidade dos mesmos, ao circularem sobre o viaduto.

**Tabela 1. Impactos positivos e negativos da construção do viaduto.**

Também está previsto um plano de comunicação com a vizinhança com entrega de panfletos porta a porta para alertar os usuários em caso de mudanças significativas de planejamento durante a implantação das obras do viaduto. Por meio digital, as informações importantes poderão ser publicadas nos veículos de comunicação que atinjam o maior numero de pessoas, como redes sociais e site da prefeitura, podendo ser utilizados vídeos e/ou textos, contendo todas as informações essenciais para deixar a população informada dos acontecimentos pretendidos. Juntamente com a imprensa local, enquanto veículo de opinião pública e municipal, as rádios reproduzem mensagens facilmente e sua difusão pode cobrir geograficamente todas as camadas populacionais. Disponibilizar telefone ou outro meio de comunicação no qual a vizinhança possa entrar em contato para possíveis reclamações.

As medidas mitigadoras e compensatórias, além das que foram mencionadas na fase de obras serão:

- Realizar estudo prévio e projeto de sinalização para desvio do tráfego quando da etapa das obras;
- A circulação de caminhões não deverá ocorrer nos horários de entrada e saída de escolas, ou seja: de 11h às 13h e de 17h às 18h, quando ocorrerem as obras;
- Os materiais de obra e caçambas não devem ser acondicionados em via pública, exceto em casos de prévia autorização do órgão responsável;
- Os caminhões deverão ser cobertos, evitando que o material carregado caia nas vias públicas;
- Deve-se instalar no canteiro de obras número suficiente de banheiros químicos para uso dos trabalhadores locais durante toda sua duração;
- Os efluentes líquidos da construção civil devem ser reciclados, reutilizados ou destinados a locais específicos, ou tratados conforme padrões da legislação local;
- Sugere-se que a operação de maquinários e equipamentos que emitam “barulho” significativo seja realizada no intervalo de 08h às 18h;
- Realizar estudo prévio e projeto de sinalização para desvio do tráfego quando da etapa das obras;
- Incentivar o uso do espaço público sob o viaduto com implantação de equipamentos urbanos;
- Implantação de árvores nas calçadas da área de influência, de forma a suavizar o impacto sonoro e visual provocado pelo viaduto em questão, além do tratamento da paisagem da Av. João Paulo II, através da implantação de jardins e árvores em seu canteiro central;
- Implantação e revitalização de mobiliário urbano na área de entorno imediato;





- Implantação de rebaixos nas interseções, assim como revitalização das calçadas, de forma garantir a continuidade dos trajetos para pedestres;
- Melhoria da segurança viária com a implantação de travessias elevadas na Av. João Paulo II voltada à circulação dos pedestres;
- Monitoramento da área com olho-vivo.

Então concluímos que os impactos considerados positivos referem-se, em sua maioria, à melhoria nas condições de circulação de pedestres no local. Isso porque junto ao viaduto estão vinculadas áreas de lazer, e diversas faixas de pedestres que garantirão mais segurança aos transeuntes. Com relação ao tráfego veicular, verificou-se melhora em todos os indicadores de desempenho analisados, com destaque para o aumento da velocidade média na área microssimulada e eliminação da formação de filas na interseção. Como impactos negativos têm-se uma significativa mudança na configuração da paisagem local, onde o viaduto cria a obstrução visual do horizonte. Além disso, tem-se que a desapropriação dos imóveis irá gerar juntamente com a movimentação de terra nas vias, um grande volume de resíduos sólidos.

A conselheira Esmeralda perguntou se já está previsto a construção de outros viadutos. Sebastião Donizete explicou que já foi feito uma concepção de um viaduto na Av. Amazonas, mas o projeto está numa fase bem conceitual ainda e a prioridade é este viaduto na Rua Uberaba. O conselheiro Paulo Otávio perguntou sobre a altura da mureta de proteção lateral e se terá alguma grade de proteção, pois é comum ver pessoas utilizar desses espaços para cometer suicídios. O engenheiro Eduardo explicou que a mureta lateral terá 1,20m e que este é um fato, infelizmente, que acontece. Isto foi considerado no projeto e esse foi um dos motivos de tirar as passarelas de pedestre de cima do viaduto. Ainda ressaltou que isto pode ser analisado e propor alguma alteração nesse sentido no projeto. Marco Antonio explicou que uma coisa que foi modificada nesse novo projeto foi em relação é que agora as residências ficaram com o fundo voltado para o viaduto, no primeiro projeto as residências ficavam com a frente voltada para o viaduto. Ricardo ressaltou que se as residências ficassem com a frente voltada pro viaduto o incomodo seria maior, pois como aumenta a velocidade dos veículos há maior geração de ruídos e poeira. Sebastião explicou que no projeto anterior havia um afastamento da residência de oito a dez metros e agora esse afastamento é de aproximadamente 30 metros e não estão mais de frente as moradias. Além disso, este impacto será suavizado com a arborização dos espaços de pedestres. Esse estudo foi apresentado em maio ao IPDSA e também foi apresentado no Ministério Público no grupo de apoio de Belo Horizonte que gerou a recomendação de que fosse elaborado o EIV. Foi apresentado o projeto, contendo o cronograma, orçamento e o EIV, disse Sebastião. Márcia perguntou em relação aos impactos se existe no projeto ou no EIV a diferenciação dos impactos da obra em si e do canteiro de obras, porque na apresentação estes aspectos ficaram juntos. Camila explicou que foi separado em fase de obras e operação, que não foi separado exatamente dessa forma, apesar de na fase de obras estarem contemplando o canteiro de obras. Márcia explicou que é importante, pois o canteiro geram impactos diferentes da obra em si. O canteiro irá gerar movimentação de pessoas e resíduos específicos do canteiro como efluentes sanitários e toda uma organização do canteiro que pode ter container administrativos, vestiários, banheiros químicos, além disso precisa ser definido aonde será locado o canteiro e como será mitigado estes impactos. Então precisaria ser apresentado separado para o conselho quais seriam os impactos do canteiro de obras, explicou Márcia. Eduardo explicou que podem ser avaliadas estas questões, mas como é uma obra pública tem alguns quesitos que são diferentes. Sebastião explicou que por ser uma obra pública é um pouco diferente. Os outros EIVs que passaram pelo o CODEMA foram apresentados pelos empreendedores que executaram a obra, neste caso específico a Solar é responsável pelo projeto, ainda haverá um processo licitatório para definir a empresa que executará a obra. Nesse aspecto pode haver variações dependendo da empresa contratada no modo de gerenciar a obra. Márcia explicou que esse item de medidas referentes a efluentes sanitários poderia ser retirado, já que este EIV é específico do projeto para que não se confunda com os impactos da execução da obra. Sebastião explicou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IPDSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

159 que isso foi colocado, pois de toda forma irá ocorrer este impacto, independente da empresa que execute. Eduardo explicou  
160 que o projeto busca definir e orientar como será executada a obra, no projeto irão existir uma planta que mostra o canteiro de  
161 obras, é uma referencia e alguns pontos são exigências. Nesse sentido o EIV nesse momento é uma ferramenta de fiscalização  
162 aprovada pelo CODEMA. Então é importante deixar esses itens, porque na licitação isto pode vir casado que é fundamental a  
163 empresa que for executar cumprir essas orientações. Sebastião explicou que todas estas orientações farão parte do processo.  
164 Márcia explicou que precisaria ler o EIV completo, pois está misturado aspectos de obras e de projeto. Márcia sugeriu que  
165 fosse separado em dois itens denominados impactos de projeto e impactos de execução de obra. Outra preocupação levantada  
166 pela conselheira foi sobre a destinação dos resíduos sólidos da construção civil, pois não existe na região ninguém autorizado a  
167 fazer esse descarte. Ela perguntou para onde já foram os resíduos das casas demolidas e pra onde serão destinados os  
168 próximos. Marco Antonio explicou que foi realizada uma reunião há uns 40 dias, porque houve um impedimento. Existe um  
169 aterro no distrito industrial que foi iniciado há seis anos, nós já fomos fiscalizados pela SUPRAM, pela própria Polícia Militar  
170 Ambiental. Foi feito um acordo com a SUPRAM em Uberlândia em que a prefeitura vai simplesmente parar de responsabilizar  
171 por estes resíduos, pois pela lei dos resíduos sólidos essa obrigação é do gerador. Inclusive estamos enfrentando questão de  
172 improbidade administrativa, porque a lei de responsabilidade fiscal determina a aplicação adequada do recurso do contribuinte  
173 e nós estamos aplicando parte deste recurso para gerenciar um parque de resíduos de construção civil para uma atividade  
174 remunerada. Então nós fizemos um acordo e estamos buscando por empresários para que isso seja repassado. Na maioria das  
175 outras cidades maiores da região como Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba e Ribeirão Preto, esses resíduos são destinados para  
176 empresas do setor privado. Assim a empresa cobra além do aluguel da caçamba a taxa de disposição do resíduo, então o  
177 projeto nosso é esse. Possivelmente dentro de seis meses a prefeitura não terá essa responsabilidade. Historicamente no  
178 passado a prefeitura dispunha estes resíduos sem licenciamento nas voçorocas no entorno da cidade. Foi feito um acordo para  
179 fechar este aterro e nós estamos empenhados para que neste prazo de fechamento o setor privado assuma esta condição de  
180 descarte de resíduos de construção civil, explicou Marco Antonio. Márcia disse que mantém a sua colocação de que se a  
181 apresentação refere-se ao projeto e é preciso diferenciar os impactos de obras e do projeto. Às vezes com uma simples  
182 colocação de recomendações técnicas de execução da obra. Márcia perguntou se na hora da contratação da empresa que  
183 executará a obra este projeto voltará ao CODEMA. Sebastião disse que não voltará ao CODEMA. Ricardo explicou que nós  
184 iremos enviar o EIV atualizado para o CODEMA com essas observações e modificações. O EIV voltará ao IPDSA que o  
185 analisará novamente e trazemos para o CODEMA esta nova versão. Hoje a intenção do presidente é deliberar sobre isso para  
186 atender o Ministério Público que está solicitando e orientando fazer esse trabalho com a comunidade. Ricardo ressaltou que  
187 devem ser incluídos os efluentes do processo de concretagem. Sebastião disse que essas questões podem ser colocadas como  
188 orientações. Ricardo sugeriu que delibere sobre o EIV hoje e quando contratar a empresa construtora seja realizado uma nova  
189 apresentação ao CODEMA para evidenciar que tudo isto que foi recomendado estará sendo seguido. Quando for contratada a  
190 empresa, ela fará o planejamento da obra e apresentará ao conselho. Valéria disse que seria igual aos antigos empreendedores  
191 em que a empresa que executará que apresenta o EIV. Sebastião ressaltou que isso foi uma recomendação do Ministério  
192 Público e que é interessante o construtor voltar para apresentar estas questões, pois pode haver diferenças dependendo da  
193 empresa que for realizar a obra como, por exemplo, pode ser que haja um canteiro de obra ou que o empreendedor alugue uma  
194 casa próxima, isso só será definido após a contratação da empresa. Assim em função do projeto e das orientações do  
195 CODEMA, a empresa que executará presente como serão cumpridas essas medidas. Ricardo explicou que as condicionantes  
196 que o IPDSA propôs anexado a deliberação daqui, são as mesmas dos outros empreendimentos todo o cuidado com a  
197 vizinhança, ruídos, e cumprir as medidas propostas no EIV. Márcia perguntou qual estimativa do tempo de execução da obra.  
198 Eduardo disse que serão oito a dez meses. Giovanni elogiou o projeto e ressaltou que no caso dessa interseção da Rua Uberaba



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IPDSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

199 com Av. João Paulo II o pior impacto já está ocorrendo, que é o trânsito. Quem passa sempre passa nesse local provavelmente  
200 já presenciou algum acidente. Sebastião destacou que foi feito um levantamento e essa interseção é o local com maior número  
201 de acidentes em Araxá. Giovanni disse que já presenciou alguns acidentes no local e que nessa construção irá ter esse período  
202 de oito meses de transtorno, mas é um impacto considerado pequeno e temporário, porém depois de concluído o benefício é  
203 constante. Outra questão é que Araxá está ficando para trás urbanisticamente em relação a outras cidades do mesmo porte e  
204 esse viaduto contribui além da melhoria no trânsito para o desenvolvimento urbanístico da cidade. Sebastião disse que a  
205 proposta foi fazer um projeto enxuto e leve que minimize o impacto ao meio ambiente e que seja mais agradável visualmente.  
206 Ricardo ressaltou que esse projeto trás a possibilidade de expansão de uma área comercial fora do centro e está uma tendência  
207 na Av. João Paulo II. Valéria perguntou se haverá alguma interferência na drenagem pluvial. Sebastião explicou que irá  
208 minimizar, pois o canal suporta e explicou que o problema na avenida não é em relação à macrodrenagem, e sim em relação à  
209 drenagem superficial. Serão criadas mais captações na área de influência da obra e isso minimizará esse problema no local. O  
210 presidente colocou para votação a aprovação do projeto e o EIV com as devidas sugestões e correções, e depois voltará este  
211 projeto ao CODEMA quando for definida a empresa que irá executar a obra. Giovanni explicou que esse processo ficou  
212 parecido com o licenciamento ambiental na SUPRAM aonde se tem uma licença prévia e, posteriormente, uma licença de  
213 instalação, sendo esta deliberação de hoje análoga a licença prévia. Por unanimidade o EIV foi aprovado pelo conselho.  
214

Nada mais havendo a tratar, eu Rodrigo Machado Ribeiro, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, e por ser verdade o acima exposto, dou fé.

*Rodrigo Machado Ribeiro*

Secretaria Executiva CODEMA

*Sebastião Donizete*

Presidente CODEMA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IPDSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CODEMA